



comunicado

n.º 25

Coimbra, 18 de Junho de 1971

1- Desde 12 de Fevereiro que os estudantes não reúnem, não discutem em conjunto os problemas do grupo a que pertencem. Isso significa que a paralização da vida sindical que o projecto de reforma trouxe consigo, importou ou acarretou uma dispersão das consciências de tal forma que as ideias dominantes no seio da Academia, são neste momento as versões mais ou menos críticas das ideias dominantemente propagandeadas pelos detentores dos meios de comunicação. Forçoso é pois que a Direcção-Geral da A.A.C. se pronuncie preliminarmente no que diz respeito a alguns pontos particularmente aproveitados para gerar a divisão.

Elciza para o que parecia poder ser o mais largo mandato da história última do Movimento Associativo em Coimbra, a D.G. da A.A.C. traçou um programa de reorganização da vida da A.A.C., dinamização da actividade das secções e fortalecimento das estruturas de Faculdade. Esse plano **SÓ NÃO SE CONCRETIZOU DEVIDO À CONTÍNUA INGERÊNCIA GOVERNAMENTAL NA VIDA ESTUDANTIL.**

É preciso dar a César o que é de César, e a D.G., reconhece-se culpada de um facto: ter pensado que uma intensa vida associativa, de estudo comum dos problemas nacionais e daqueles que mais directamente se ligam ao grupo estudantil, onde os interesses culturais pedagógicos, artísticos científicos dos estudantes encontrassem lugar para a sua expansão, que uma tal ideia, dizíamos, fosse compatível com a luta pela defesa das liberdades fundamentais constantemente ameaçadas.

A crise estudantil que ora se vive é de exclusiva responsabilidade das autoridades civis que a desencadearam com o apoio ou aquiescência das autoridades académicas. Desde o princípio do ano se tornava claro que a "reforma" exigia em holocausto a organização dos estudantes e que só estava pronta a suportar as estruturas estudantis aí onde elas se mostrassem manejáveis, onde renunciassem a uma linha de massas em favor do gabinete dos directores.

2- Os factos são unívocos - A POLÍTICA GOVERNAMENTAL DURANTE TODO ESTE ANO RELATIVAMENTE À VIDA ESTUDANTIL, TEVE COMO ÚNICO OBJECTIVO O DESMANTELAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DOS ESTUDANTES E SEU FUNCIONAMENTO DEMOCRÁTICO, NO SENTIDO DE IMPEDIR QUE SE MANIFESTASSE TODA E QUALQUER VOZ DISCORDANTE À SUA POLÍTICA EDUCACIONAL NA UNIVERSIDADE.

Assim - LISBOA - Encerrada a Associação do Instituto Industrial. Encerrada a Associação do Direito. Encerrada a Associação de Ciências. Prisões, torturas, processos disciplinares, invasões policiais nas faculdades, brutalidade, interdições ao direito de informação. Proibição de reuniões com estrito carácter pedagógico. Proibição de reuniões plenárias.

COIMBRA - Encerrada a A.A.C.. Rapina da A.A.C. Não reconhecimento das juntas de Delegados. Tentativa de controlo das reuniões a todos os níveis. Não homologação de membros dos corpos gerentes da A.A.C.. Processos disciplinares, processos crime. Prisões, torturas, brutalidade, invasões de faculdades pelas forças policiais, estado de sítio. Proibição de Reuniões e antes de mais das Assembleias Magnas. Interdições ao direito de informar.

PORTO - Continua o não reconhecimento das estruturas pró-associativas já existentes. Proibição de reuniões. Prisões. Brutalidade policial. Interdições ao direito à informação.

INFORMAÇÕES MAIS RECENTES -

LISBOA - Quando distribuíam comunicados informativos à população foram presos cinco estudantes de Ciências. Decreta-se greve às aulas na Faculdade de Ciências. Invasão, pela DGS-PIDE e PSP, da Associação. Os estudantes respondem às casseteadas e coronhadas dos policiais. Encerramento da Associação. Rapina da Associação. Decretada greve a exames. A Faculdade é encerrada até o dia 15.

COIMBRA - Aproveitando o momentâneo refluxo da vida estudantil as autoridades Académicas dão-se ao luxo de retomarem antigas práticas ultra-reaccionárias (a reforma?). Na Faculdade de Ciências não se reconhece à Junta o direito de pro

mover colóquios, os quais devem apenas ser realizados pela direcção da Faculdade, cabendo apenas aos estudantes o direito de "assistirem".

Dois colegas permanecem presos. Dezenas de colegas que faltaram às frequências cumprindo a greve, são reprovados. A policia continua a impedir a distribuição de comunicados. Como medida intimidatória continuam a ser chamados à FIDE-DGS vários estudantes.

VISIVELMENTE A ÚNICA REFORMA QUE VEIGA SIMÃO ENCONTROU PARA A UNIVERSIDADE PORTUGUESA FOI O DECRETAR DA LEI DE EXCEPÇÃO E A LIBERDADE DE ACÇÃO DADA ÀS AUTORIDADES CIVIS PARA O CUMPRIMENTO DE TAL REFORMA, NO QUE ELAS COLABORAM COM SIMPATIA.

3- Os movimentos dos estudantes têm caracteristicamente os seus altos e baixos. A sua capacidade de obtenção de vitórias e as suas possibilidades de reacção aos pesados golpes repressivos que as Autoridades lhe infligem passam ciclicamente por fases de grande poderio e de relativa debilidade. Os movimentos estudantis têm as suas limitações próprias. Os estudantes constituem um grupo de cuja origem social lhes advém pesadas limitações para a prática das lutas que travam em torno da Reforma das suas Universidades. Não se lhes torna fácil, assim cercados na sua disponibilidade, assumir algumas vezes as formas de luta persistentes e extremadas que determinadas situações repressivas exigiriam como única resposta adequada e susceptível de as fazerem recuar.

Mas fundamentalmente as condições da estreita legalidade em que elas obrigatoriamente se processam, constituem a mais importante limitação dos movimentos associativos. É porque limitados por essa legalidade, nos momentos de luta aberta torna-se imensamente fácil ao governo alegar infracções dessa mesma legalidade, para, com abundância utilizar um aparelho repressivo de tremenda força, desproporcionada aos meios de luta de que dispõem os estudantes.

Mas ninguém pode negar que os movimentos estudantis têm já sido capazes de opor à politica governamental as mais prontas e adequadas reacções, quantas vezes sobre a forma de processos de luta que nalguns casos atingiram o paroxismo

e que não só fizeram recuar a repressão como, noutros casos impediram até que ela se chegasse a desencadear, dependendo isso também fundamentalmente da circunstancia politica que se atravessa, isto é, do grau de mobilidade politica do governo em certo momento, diante da agudização das contradicções no nosso país.

Em Coimbra nos últimos meses, os estudantes foram duramente castigados por uma feroz e despropositada repressão, a pretexto de inconfessadas "manobras politicas" existentes nos bastidores da universidade (como com o sr. ministro Sá raiva, como sempre).

Alvos dessa repressão, precisamente numa daquelas fases em que as suas organizações enfermavam de certa debilidade, esgotados por importantes e intensas crises anteriores, os estudantes, ao longo deste último processo de luta, nem sempre puderam opor à acção das autoridades uma reacção justa e capaz de a sustentar. É assim que os estudantes se veem neste momento privados da sua associação e espoliados do seu direito de reunião e informação. É assim que essa situação ainda agora mais injustamente se prolonga pois que as autoridades se continuam a aproveitar da menor capacidade de resposta dos estudantes anteriormente verificada.

Todo este fenómeno de refluxo trata-se contudo de algo que, sendo muitas vezes inevitável, é apesar disso susceptível de ser eficazmente combatido.

Tudo está em os estudantes, tendo consciencia das limitações das suas lutas e não se deixando cair em indesejáveis pessimismos (por sua vez geradores de nefastos immobilismos ou então de não piores práticas defeituosas) superarem sem de um modo correcto os obstáculos que no desenvolvimento dessas lutas inevitavelmente surgem. Tudo está, pois, em, tendo noção de que a vitória final é o somatório de muitas e pequenas vitórias parciais, os estudantes lançaram com redobrado entusiasmo as bases de reforço das suas estruturas e organizações cujo óptimo funcionamento é condição essencial das lutas de massas bem sucedidas.

4- No passado dia 29 a D.G. avistou-se com o M.R. Indagou então das disposições das Autoridades quanto à abertura da A.A.C. O Magnífico Reitor declarou que considerava necessária a existencia de uma prévia análise das causas que levaram à situação que se instalou na Universidade de Coimbra a partir de 11 de Fevereiro. Nessa discussão tomariam parte o Reitor, a D.G. e alguns professores cuja escolha ficaria ao critério do M.R. Acrescentou que tal reunião teria como fim principal alcançar uma plataforma de entendimento quanto à interpretação dos

acontecimentos e quanto a medidas a adoptar para prevenir no futuro situações semelhantes. Esta plataforma, no seu entender, garantiria a força necessária para demover as autoridades civis quanto à sua inércia no que respeita à abertura da A.A.C. Por outro lado os "erros de parte a parte" que se situariam na base do estado de crise que se verifica poderiam ser detectados e superados em momentos posteriores.

Em face desta proposta, a única resposta possível no momento era a de que o problema tocava a todos os estudantes pelo que só a estes competiria decidir (o que pressupunha o funcionamento normal dos seus órgãos deliberativos). O MR. afirmou então que havia probabilidades de conseguir que se realizassem as Assembleias necessárias. Todavia, desde há tempos a esta parte que os estudantes se têm visto impedidos de reunir, não deixando de causar certa estranheza que isso lhes tenha sido facultado durante a época de exames, o que torna manifestamente irrealizáveis tais reuniões.

Vi-nos ainda dito que poderíamos participar na reunião com os professores e com o M.R., mesmo antes de definida a posição dos estudantes em Assembleia Magna, mas ficando as nossas posições sujeitas a ratificação posterior por parte desta Assembleia. Tendo em atenção experiências não muito remotas do M.A. não é difícil detectar quanto tal prática teria de perigoso. Processos levados a cabo, não eficazmente divulgados nos estudantes e em relação aos quais estes não mantinham um controle efectivo, conduziram já o RA a situações de im passe, aliás bem aproveitadas pelas autoridades, originadas pelos conflitos que levantaram no seu seio, mas não estando sequer absolutamente garantida a possibilidade de os estudantes reunirem, como confiar em que eles viriam de facto a poder manifestar a sua opinião, ratificando ou não as posições da D.G. da AAC? É visto que as Autoridades Académicas ainda não asseguraram o direito à informação, como assegurar a presença significativa nas reuniões de estudantes realmente informados do que se está a passar?

A compreensão de todas estas limitações leva a Direcção-Geral a não depositar grandes esperanças nos resultados destas discussões, não se recusando contudo a assumir a responsabilidade de as efectuar, uma vez que entende ser seu dever esgotar todas as vias que se lhe ofereçam para a solução de tão importantes problemas, mas formulando desde já as seguintes e rígidas condições prévias:

- Terá o direito de informar sem quaisquer limitações tudo o que nessas discussões se passar.
- Ao mesmo tempo a D.G. definiu para si própria, como linha de conduta que não ultrapassará nem ignorará, antes tentará cumprir estritamente, o processo democrático das decisões estudantis, quer no que diz respeito a pontos já há muito assentes quer no que diz respeito a pontos que ainda suscitam controvérsia.

5- Os momentos de refluxo são propícios a toda a espécie de manobras anti-estudantis, entre as quais convém situar as que dizem respeito directamente ao campo pedagógico. Assim, é nestas alturas que melhor se revelam as práticas anti-científicas e anti-pedagógicas de muitos professores, aproveitando-se de facto de não encontrarem pela frente uma organização e unidade suficientemente alicerçadas que lhes possam fazer frente.

Propícia esta situação que se voltam a perder algumas vitórias pedagógicas (caso das frequências de Física III em Engenharias) já alcançadas anteriormente

Fundamentalmente centra-se aí a necessidade de reforçar logo no primeiro período do próximo ano lectivo a luta pedagógica, ao nível de cursos e Faculdades, de não ceder nas conquistas já havidas, nem nas reivindicações agora ainda mais sentidas por todos os estudantes. Multiplicarem as reuniões de curso e de Faculdade que vigiam atentamente esses problemas é uma tarefa necessária e importante.

Em todo este processo devem ter papel determinante as estruturas de curso no sentido de multiplicarem a informação e encabeçarem tais lutas, cabendo a todos os estudantes o mais activo controle desses órgãos. Se é certo que o maior ou menor prestígio de que tais estruturas disfrutam neste momento resulta tão só da maneira como cumpriram ou não as tarefas que lhes estavam confiadas, havendo que responsabilizar aí os representantes eleitos a cada nível, isso não significa que elas não continuem a ser, em Coimbra, as estruturas que melhor servem os interesses dos estudantes, como a prática o tem demonstrado. Defendê-las é defendermo-nos, como o é incentivarmos o seu trabalho e controlá-las democraticamente, vinculando-as à defesa dos interesses estudantis para que foram criadas.

O trabalho de organização a níveis menores de decisão tem para já esse sentido. Não se trata todavia de fazer compartimentações estanques. Se é certo que os objectivos fundamentais em Coimbra presentemente são a luta contra a repressão, a conquista da A.A.C. e do direito de informação e reunião nem por isso deixa de ser certo que estas vitórias só serão conseguidas se a acção se desenvolver também àquels níveis organizativos já formulados. Para se conquistar o direito de reunião e informação é preciso pressionar nesse sentido e na prática as autoridades, e a conquista da Associação e a luta vitoriosa contra a repressão só se consegue opondo uma frente unida e organizada às intenções dissolventes e repressivas das autoridades.

A conquista destes objectivos fundamentais exige uma organização bem mais forte que só pode resultar das actuações atrás definidas e exige por outro lado a compreensão unânime destas tarefas. Coordenar a sua prossecução é o trabalho das Juntas de Delegados e da D.G. da A.A.C. funcionando em colaboração íntima e executando as decisões que os estudantes vão definindo como tais na dinâmica das lutas pelos seus interesses.

a DIRECÇÃO-GERAL da
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA